

O DISCURSO PRESCRITO E O DISCURSO REALIZADO: SIMAVE

Luciana Andrade Ramos*

Resumo:

O projeto de pesquisa em fase inicial tem como objetivo geral investigar o paradoxo das Escolas Públicas. Com a proposta de conhecer, compreender e implantar uma política pública de educação eficaz que atenda as escolas públicas do Estado de Minas Gerais em relação à qualidade na Educação Básica, a SEE-MG cria um sistema integrado de avaliação pública: O Sistema Mineiro de Avaliação Pública (SIMAVE). A prática discursiva utilizada pelo Governo de Minas, através dos resultados do SIMAVE, promove a Educação Pública do Estado mineiro, como a de melhor qualidade do país. Em contrapartida, esses mesmos resultados, pela ótica do discurso praticado pelos profissionais da educação não são garantidores de qualidade de ensino. Através de aportes teóricos de análises de discurso, o projeto pretende responder ao seguinte questionamento: O discurso político praticado pelo poder público em relação à qualidade da educação nas escolas públicas interfere na prática pedagógica do professor de educação básica e pode comprometer a eficiência e qualidade do ensino? Estabelecer as formações discursivas que fundamentam o SIMAVE em relação à qualidade de ensino será relevante para a comunidade acadêmica, que através dos apontamentos de tais formações, poderá realizar estudos pontuais que estabeleçam o empoderamento do discurso político na educação pública.

Palavras-chave: SIMAVE; qualidade da educação; avaliação.

Abstract:

The research project at an early stage, has the general objective to investigate the paradox of Public Schools. With the proposal to know, understand and implement a public policy of effective education that meets between discourse and the functioning of this discourse in the evaluation practices proposed by the government of Minas Gerais in relation to the quality of Basic Education needs of public schools state, the SEE-MG creates an integrated system of public evaluation: The Mining System of Public Assessment (SIMAVE). The discursive practice used by the State Government, through the results of SIMAVE, promotes public education Miner State as the best quality in the country. In contrast, these same results, from the perspective of discourse practiced by the teachers are not guarantors of educational quality. Through theoretical

* Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí.
Contato: lucianaandradecc@gmail.com.

contributions of discourse analysis, the project aims to answer the following question: Political discourse practiced by the government regarding the quality of education in public schools interferes with the teaching practice of teacher of basic education and can compromise the efficiency and quality of education? Establish the discursive formations that underlie the SIMAVE regarding the quality of education will be relevant to the academic community, that through the notes of such formations, you can perform specific studies to establish the empowerment of political discourse in public education.

Keywords: SIMAVE; quality education; assessment.

Introdução

Este projeto de pesquisa tem como objetivo geral investigar o paradoxo entre o discurso e o funcionamento deste discurso nas práticas avaliativas, propostas pelo poder público do Estado de Minas Gerais em relação à qualidade na Educação Básica das Escolas Públicas.

Com a proposta de conhecer, compreender e implantar uma política pública de educação eficaz que atenda as necessidades das escolas públicas do Estado, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) cria um sistema integrado de avaliação pública: O Sistema Mineiro de Avaliação Pública (SIMAVE). A prática discursiva utilizada pelo Governo de Minas, através dos resultados do SIMAVE, promove a Educação Pública do Estado mineiro, como a de melhor qualidade do país. Em contrapartida, esses mesmos resultados, pela ótica do discurso dos profissionais da educação não são garantidores de qualidade de ensino.

É relevante dizer que o discurso do poder público e dos profissionais da educação aqui será deslocado de mensagem enviada aos destinatários, no caso, aos cidadãos do Estado de Minas Gerais, com intuito de comunicação. O discurso, efeito de sentido entre locutores, será tomado aqui pela Análise do Discurso.

Segundo Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2006, p. 15), “efeitos que resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de certas circunstâncias dadas. Os efeitos se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas”.

Através de aportes teóricos da análise de discurso, a pesquisa pretende responder aos seguintes questionamentos: O discurso político praticado pelo poder público em relação à qualidade da educação nas escolas públicas interfere na prática pedagógica do professor de educação básica e pode comprometer a eficiência e qualidade do ensino?

A tensão entre os significados de interpretação realizados pelos profissionais da educação e o poder público em relação ao SIMAVE se dá por, historicamente, haver essa relação de condições de produção no sentido lato, desfavorável aos subordinados no processo educacional? As condições de produções desses discursos são responsáveis pela credibilidade do discurso realizado?

Estabelecer as formações discursivas que fundamentam o SIMAVE em relação à qualidade de ensino será relevante para a comunidade acadêmica, que através dos apontamentos de tais formações, poderá realizar estudos pontuais que estabeleçam o empoderamento do discurso político na educação pública.

Entender a relação discursiva entre o Governo do Estado de Minas Gerais e os profissionais da educação deverá trazer subsídios para ações que possam auxiliar a mediação entre os sujeitos aqui determinados para a fundamentação de práticas educacionais que convirjam em prol da qualidade da educação pública.

1. SIMAVE

Seguindo a tendência que se instaura no país a partir da década de 90, em que o Estado toma para si o papel de avaliador e regulador dos Sistemas de Ensino, a SEE-MG, com a proposta de conhecer, compreender e implantar uma política pública de educação eficaz que atenda as necessidades das escolas públicas do Estado, cria um sistema integrado de avaliação da educação: SIMAVE, criado em 2000, aperfeiçoado e ampliado a partir de 2003, compreende um sistema de avaliações anuais realizadas nas redes públicas, Estadual e Municipal. O SIMAVE é composto por três programas, a saber:

- PROALFA – Programa de Avaliação da alfabetização iniciado em 2005, avalia os alunos do 3º e 4º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública. Através de análises dos resultados indica intervenções que auxiliarão na correção dos problemas encontrados no processo de avaliação.
- O PROEB – Programa de avaliação da Rede Pública de Educação Básica tem como objeto a avaliação das habilidades e competências desenvolvidas em língua portuguesa, história, geografia, ciências e matemática. Realizado desde 2000, o PROEB avalia alunos que se encontram no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio e tem a escola como foco da análise dos resultados.

- PAAE – Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar fornece, através de sistema informatizado de geração de provas e relatórios de desempenho de turmas, dados que utilizados enquanto diagnósticos subsidiam ações pedagógicas interventoras.

O SIMAVE, avaliação em larga escala, com o objetivo de medir o desempenho dos alunos da rede pública em habilidades estabelecidas e consideradas fundamentais para o desenvolvimento cognitivo dos alunos em cada disciplina, aplica anualmente testes padronizados com questões de características próprias, através de seus coordenadores, orienta os professores a conectar esta avaliação á avaliação realizada em sala de aula, ao longo do processo de ensino-aprendizagem, pois, ambas possuem o mesmo currículo. A avaliação do SIMAVE deve ser uma fonte complementar de informações diagnósticas.

O SIMAVE conta com uma matriz de referência e matriz curricular. A primeira, através de um conjunto de descritores, avalia o conteúdo programático em cada período de escolarização e o nível de operação mental necessário para compor a matriz. A segunda apresenta os Conteúdos Básicos Comuns (CBC), desenvolvidos pela SEE-MG com a participação de especialistas de ensino. O CBC determina as diretrizes de ensino, obrigatórios para todos os alunos.

Através de Acordo de Resultados, estabelece metas que beneficiam financeiramente os profissionais da educação da rede pública Estadual. O Acordo de Resultados, amparado pela Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008, através de contrato realizado entre dirigentes do Poder Executivo e as autoridades com poder hierárquico ou de supervisão, com objetivo de medir o desempenho dos órgãos e entidades da Administração Pública, celebrado em duas etapas.

Na primeira etapa é pactuada a estratégia do Governo definida no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, desdobrada no Plano Plurianual de Ação Governamental, com foco nos resultados a serem perseguidos por cada sistema operacional. Na segunda, etapa é pactuado o desdobramento da estratégia de Governo em um conjunto de ações e indicadores representativos do papel de cada um das equipes de trabalho do governo dos órgãos e entidades da Administração Pública no alcance da estratégia de Governo (MINAS, 2008, p. 1).

O Acordo de Resultados firmado com a SEE estabelece metas e compromissos pactuados a partir da assinatura de um termo, que passa anualmente por

reformulações para garantia de reformulações didáticas, com o objetivo da elevação da qualidade de ensino. As condições para o recebimento do Prêmio de Produtividade Capítulo IV – Seção I do Decreto 44.873, de 14 de agosto de 2008, serão tratadas no capítulo I do projeto de pesquisa.

De um lado o governo de Minas com o projeto do SIMAVE, defendendo e propagando o compromisso com a educação mineira e a qualidade desta educação. Contrariamente, os profissionais da educação do Estado de Minas Gerais que, através do sindicato da classe pleiteiam a preconização da “verdadeira realidade da educação no Estado”.

Desde que o modelo do choque de gestão foi feito no Estado, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) acompanhou as políticas públicas da educação (ou a sua ausência), os programas de governo e os indicadores de qualidade. Estudos feitos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), relatórios do Tribunal de Contas do Estado, e mesmo as publicações oficiais do governo denunciam uma realidade diferente das peças publicitárias veiculadas no Estado. Há anos, o Sindicato denuncia as precárias condições de trabalho do professor e dos educadores em Minas Gerais, a falta de estrutura física das escolas, a falta de vagas na educação básica, a destruição da profissão docente no Estado. Em 2014, o comportamento da entidade não foi diferente. Apresentou a pauta de reivindicações com demandas relacionadas à educação de qualidade, acesso e permanência na escola (CERQUEIRA, [20--?], p. 1).

Posto isso, faz-se necessário a discussão voltada para os paradoxos dos discursos praticados pelo poder público do governo mineiro em relação ao qualitativo da educação pública e o discurso dos profissionais da educação, que desde 2008 reivindicam melhorias, dentre elas a permanência e qualidade de educação.

Contudo, vale à pena sinalizar que não se pode confundir exames e avaliação com instrumentos dos exames ou da avaliação. Exames ou avaliação compõem modos de ser, ao passo que os instrumentos são recursos. Assim, um teste, seja ele de perguntas abertas ou fechadas, por si, nada mais é do que um instrumento de coleta de dados para o exame ou para a avaliação. O que muda é o “para quê” ele é utilizado: para examinar ou para avaliar? Se for utilizado para examinar, ele terá um uso classificatório e seletivo; porém, se for utilizado para avaliar, terá um uso diagnóstico e inclusivo. Então, a questão não é o instrumento, em si, mas sim a filosofia com a qual esse instrumento é utilizado (LUCKESI, 2000, p. 10).

Nesta perspectiva é fundamental estabelecer o propósito da avaliação que tem o poder público do Estado de Minas que em sua estrutura avaliativa proposta pelo SIMAVE que compreende a avaliação como instrumento diagnóstico e inclusivo, ou

como instituição que se utiliza dos resultados desta avaliação para a prática de um discurso que promove a Educação Pública do Estado de Minas Gerais como a de melhor qualidade do país tornando sua avaliação instrumento de coletas de dados classificatório e seletivo.

2. Pressupostos teóricos-metodológicos

Para alcançar o objetivo proposto, será realizada a coleta e análise de documentos referentes ao processo que se instaura no país pela busca de equidade na educação à partir da década de 90, incluindo a política de Gestão de Choque do Governo Mineiro que culminou com o Acordo de Resultados, especificamente relativos à educação. Tal coleta será realizada por meio de consultas ao Portal do Governo do estado de Minas Gerais via *internet* e de livros de autores que discutem a relevância da avaliação e do processo avaliativo, entre outros.

Avaliações são instrumentos imprescindíveis à verificação de aprendizagem do aluno e instrumento valioso no fornecimento de subsídios ao trabalho docente. Para Benvenuti (2002), a avaliação deve contribuir no processo de construção de caráter, consciência e cidadania, comprometida com a escola e com o aluno para que este compreenda e transforme o mundo por meio da produção de conhecimentos.

O levantamento e o estudo dos resultados da avaliação do SIMAVE, referentes ao ano de 2014 será o corpus do projeto com enfoque no objeto de estudo, o PROEB, alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, na disciplina de português, através de portais eletrônicos da SEE-MG, *site* do SIMAVE, *site* do CaED e Secretarias de Planejamento do Governo de Minas Gerais.

O PROEB teve início em 2002 com avaliações nas disciplinas de português e matemática. O PROALFA iniciou-se em 2008 avaliando os alunos do 3º e 4º anos do Ensino Fundamental na disciplina de português. Os alunos que foram avaliados em 2008, no 3º ano do Ensino Fundamental serão os alunos que serão avaliados em 2014 no 9º ano do Ensino Médio e terão passado por todos os processos avaliativos e estarão finalizando o primeiro ciclo avaliativo. Elegemos esses alunos como objeto de estudo por acreditarmos que os alunos passam por processo de construção de conhecimento e sendo este um processo contínuo e dinâmico como o processo avaliativo e por essa nossa crença estar justaposta com a proposta curricular do governo do Estado de Minas gerais conforme nos coloca Pinto ([2012?] *apud* SOUTO; SOUSA, 2012):

Estabelecer os conhecimentos, as habilidades e competências a serem adquiridos pelos alunos na educação básica, bem como as metas a serem alcançadas pelo professor a cada ano, é uma condição indispensável para o sucesso de todo sistema escolar que pretenda oferecer serviços educacionais de qualidade à população. A definição dos Conteúdos Básicos Comuns (CBC) para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio constitui um passo importante no sentido de tornar a rede Estadual de ensino de Minas um sistema de alto desempenho (p. 1).

Acreditamos ter uma amostragem que nos permitirá comprovar, ou não, a melhoria de qualidade do ensino em 6 anos e confrontar esses resultados com o discurso praticado pelo governo em relação à proposta do SIMAVE.

Será realizada, também, coleta e análise de discursos proferidos pelo Governo de Minas Gerais em relação à qualidade de ensino proposta e realizada pelo Estado. Para tanto, utilizaremos as teorias, formulações e análises de autores que discutem as políticas educacionais e acreditam que as mesmas não são descoladas das pessoas e é necessária a conexão entre políticas educacionais e política social.

Com a premissa de articular os discursos governamentais e dos docentes acerca deste processo pelo viés da linguagem, este projeto busca respaldo nos trabalhos da autora Orlandi que trata o discurso como objeto histórico-social no qual linguagem (transformadora) e sociedade se constituem mutuamente, são indissolúveis.

Buscaremos analisar a formação discursiva do Governo de Minas Gerais baseados nos princípios discursivos que revelam o discurso como uma dispersão do texto e o texto como uma dispersão do sujeito tornando o discurso uma dispersão dupla entre texto e sujeito. O sujeito atravessa posições diferentes no texto e essas diferentes posições correspondem às formações discursivas diversas (ORLANDI, 2000). Que princípios discursivos são esses praticados pelo governo que nos remetem à relação entre texto, sujeito e formação discursiva que Orlandi (2000) observa e afirma que o sentido do discurso é determinado pelas posições ideológicas do processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Aprofundaremos a discussão dos discursos praticados pelo governo marcados pelas posições ideológicas do poder realizando análises do sujeito e sua formação discursiva, o sujeito autor e a função enunciativa, questões de polifonia e polissemia, entre outros conceitos relevantes para a análise do discurso.

Pêcheux (2012) estabelece a relação entre o simbólico e o político como mecanismos discursivos no processo de significação em sua análise de discurso. Os efeitos dos sentidos do discurso são produzidos pela história e pela memória e ideologia.

Por fim a análise e confronto do discurso realizado pelos profissionais da educação em relação ao SIMAVE à qualidade de ensino. Tais discursos serão coletados via *internet*, através de sindicatos de educadores e/ou entrevistas e formulários.

Referências

BENVENUTTI, D. B. Avaliação, sua história e seus paradigmas educativos. **Pedagogia: a revista do curso**, Brasileira de Contabilidade. São Miguel do Oeste/SC, ano 1, n. 1, p. 47-51, jan. 2002.

CERQUEIRA, B. **Querem calar os educadores mineiros**, [20--?]. Disponível em:

<<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=7&LISTA=detalhe&ID=6800>>. Acesso em: 20 maio 2015.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem**: compreensão e prática, 2000. Disponível em:

<http://www.luckesi.com.br/textos/avaliacao_da_aprendizagem_compreensao_e_pratica.doc>. Acesso em 16 abr. 2015.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 44.873, de 14 de agosto de 2008**. Regulamenta a Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências, 2008. Disponível em: <<http://www.uemg.br/downloads/Decreto%2044873.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000 (Coleção Passando a limpo)

ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. **Análise de discurso**: Michael Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 3.ed. Campinas/SP: Pontes, 2012.

SOUTO, A. M. S.; SOUZA, V. **Proposta curricular de língua portuguesa do ensino fundamental – 6º a 9º ano**, 2012. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BF05F7EE3-1E11-4756-BCBC-187A12923C4E%7D_proposta-curricular_lingua-portuguesa_ef.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.